



INFORME ESTRATÉGICO

CONSURT

06 de março de
2026

Ano 07 / Nº 624

Informe Estratégico – Etapa Nacional da II Conferência Nacional do Trabalho

Resumo

A Etapa Nacional da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada de 3 a 5 de março, concluiu o ciclo iniciado nas 27 conferências estaduais e reuniu governo, trabalhadores e empregadores para deliberar políticas públicas de trabalho. Foram analisadas 56 propostas, das quais 17 seguiram à Plenária Final. Desse total, 10 foram aprovadas e passaram a integrar as deliberações oficiais, enquanto 7 foram rejeitadas e registradas com os posicionamentos das bancadas. As decisões envolveram temas como negociação coletiva, modernização do SINE, transparência normativa, fortalecimento de observatórios do trabalho e reestruturação de carreiras no MTE. O evento marcou a consolidação de diretrizes construídas de forma tripartite, com destaque para a atuação da CNI e da FINDES na condução das etapas estaduais e nacional.

A **Etapa Nacional da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT)** foi realizada entre os dias **3 e 5 de março**, reunindo representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores para discutir e deliberar propostas voltadas às políticas públicas de trabalho no Brasil. O encontro concluiu um amplo processo participativo iniciado nas **27 etapas estaduais**, realizadas de setembro a dezembro de 2025.

No total, os participantes analisaram **56 propostas**, sendo **32 classificadas como propostas de consenso** e **24 como propostas de bancada**. Para assegurar um debate equilibrado, a **Coordenação Organizadora Nacional (CON)**, composta de forma tripartite, estruturou os trabalhos em **oito grupos temáticos**, divididos igualmente entre propostas de consenso e de bancada.

Após as discussões nos grupos temáticos, **17 propostas organizadas por**



subtemas alcançaram consenso e foram encaminhadas para deliberação na **Plenária Final**. Na votação pelos delegados presentes, o resultado foi:

- **10 propostas aprovadas**, que passaram a compor as deliberações oficiais da II CNT;
- **7 propostas rejeitadas**, registradas nos anais da Conferência juntamente com os posicionamentos das bancadas.

No subtema **Relações do Trabalho, Negociação Coletiva e Segurança Jurídica**, foram aprovadas propostas que instituem:

- a criação de um **portal eletrônico oficial** para divulgação ampla, clara e acessível dos direitos trabalhistas e previdenciários;
- a implantação de um **Observatório da Negociação Coletiva**, integrado a um **Censo Trabalhista Digital**, com uso de dados do Sistema Mediador, Gov.br e Carteira de Trabalho Digital.

Foram rejeitadas, nesse subtema, iniciativas que buscavam ampliar mecanismos consensuais de solução de conflitos trabalhistas e criar um observatório nacional em formato distinto do aprovado.

No subtema **Mercado e Futuro do Trabalho, Intermediação, Qualificação Profissional e Competências**, a Plenária aprovou propostas de:

- aperfeiçoamento do **Sistema Nacional de Emprego (SINE)**;
- fortalecimento da rede de observatórios do trabalho por meio de um grupo tripartite;
- transformação do SINE em uma **plataforma de governança da empregabilidade** com gestão tripartite e ajustes nas regras do Bolsa Família e do BPC, reduzindo barreiras ao ingresso no mercado formal.

Foram rejeitadas propostas voltadas à criação de um programa nacional de qualificação para transição justa e à ampliação do papel de comissões tripartites no mapeamento do ensino técnico.

No subtema **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e Fundos que as Financiam**, foram aprovadas:



- a reestruturação da carreira administrativa do **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, com a criação de um Plano de Cargos e Salários;
- a criação de um **portal nacional para consolidação das normas trabalhistas e previdenciárias**;
- a criação do **Portal da Transparência do FAT e FGTS**, destinado ao monitoramento e controle social da aplicação dos recursos.

Foram rejeitadas propostas relacionadas a incentivos temporários para trabalhadores afetados por tecnologias verdes e à ampliação do FAT como fonte de financiamento sob nova governança tripartite.

No subtema **Proteção e Inclusão Produtiva, Emprego, Desemprego, Empregabilidade, Novas Formas de Trabalho e Inovações Tecnológicas**, foram aprovadas propostas que tratam da modernização e ampliação das vagas ofertadas pelo SINE, incluindo oportunidades de alta qualificação e para segmentos sociais específicos, além do fortalecimento da rede de observatórios do futuro do trabalho, com uso de inteligência artificial e big data. Rejeitou-se a criação de um programa nacional de incentivo à juventude rural voltado à modernização tecnológica e inclusão produtiva.

As **sete propostas não aprovadas** permanecem registradas nos anais da Conferência, acompanhadas das manifestações das respectivas bancadas.

O encerramento da II CNT simbolizou a consolidação de um conjunto de deliberações construídas de forma plenamente **tripartite**, envolvendo governo, empregadores e trabalhadores. A **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** e a **FINDES** desempenharam papel relevante na realização do evento, com destaque pela condução qualificada das etapas estaduais e da etapa nacional da Conferência.

Marco Antonio Redinz

Advogado trabalhista, autor de livros, mestre em Ciências Jurídicas pela PUC/Rio, e Especialista de Relações do Trabalho da Findes

Agostinho Miranda Rocha

Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho - CONSURT